

Inês Fonseca

Aivados. Posse da terra, resistência e memória no Alentejo.

Ed. Dinossauro, Lisboa, 2006

Quando Inês Fonseca se deslocou para Aivados (Castro Verde, Beja), em 1995, a fim de estudar fenómenos relativos à problemática da memória e resistência, encontrou não um conjunto de proprietários, mas, sobretudo, um povo que era proprietário de uma herdade de 400 hectares, no quadro da qual, como se afirmou, “*Cada um exerce individualmente o seu direito de propriedade comum a todos*” (p.18). Em relação a este facto, várias explicações circulavam: eram “*...terrenos, com estatuto de «rossios», atribuídos aos moradores de Aivados, em 1655, por sentença régia*”; ou, então, teriam sido “*...doados para usufruto dos moradores (...) pela benemérita Dona Maria de Lemos*”. Tratava-se, neste caso, segundo a tradição oral, de uma aristocrata sem herdeiros. E as perguntas surgiam: Que moradores? As pessoas que trabalhavam para a senhora ou todos os moradores, o povo? De facto, a realidade encontrada não seria pacífica e, pelo contrário, os conflitos eram latentes, chamando a atenção, desde logo, para um confronto mais alargado entre a memória e a história e respectivas estratégias, para além da questão relacionada com a “*propriedade dos terrenos e das suas formas de exploração*” que constituía, aliás, um elemento importante na problemática da antropóloga no terreno. Aliás, ao longo do tempo, este tema esteve sempre presente:

- num primeiro momento, o frente a frente entre os moradores da aldeia e os oficiais da Câmara de Castro Verde, a partir do século XVI, entre os que defendiam a terminologia mais propícia a uma prerrogativa de administração, “*baldios*” ou “*rossios*”;

- num segundo momento, no século XX, o face a face entre os moradores da aldeia e, desta vez, os proprietários de herdades vizinhas que, entretanto, a coberto de regimes políticos vigentes na época, se apossaram, através de violência, de forma ilegal, de parcelas do terreno em causa;

- finalmente, em 1974, quando os moradores se dispuseram a agir no sentido de recuperar a propriedade de seus terrenos (o que viria a acontecer em Abril de 1974) e constituir, para a exploração da herdade, a Associação do Povo dos Aivados, a representação legítima dos habitantes da aldeia na gestão do património.

Neste quadro, Inês Fonseca decidiu explicar e compreender o período que decorreu entre o acto violento dos proprietários sobre os assalariados rurais, que culminou com a posse abusiva dos terrenos e seu usufruto, e os factos ocorridos no âmbito das mudanças verificadas a

partir de Abril de 1974. Esclarece a autora: “...apesar de nem sempre lhes ter sido possível exercer em liberdade e de modo pleno os seus direitos de posse sobre a terra, essa ideia permaneceu na sua memória, bem como o desejo de um dia virem a recuperar aquilo que era seu (p.21)”. Assim, tratava-se, por um lado, de avaliar “relações de poder” e problemas de controlo exercido pelas elites locais e, por outro, identificar as condições a que se submetiam, sob o ponto de vista económico e social, os assalariados rurais, em particular, na sua busca de objectivos comuns, levada a efeito fora das vias de participação e de reclamação oficiais.

Na problemática anunciada, a antropóloga dizia: “...é possível definir a existência de um longo momento em que teve lugar um movimento de resistência que contribuiu para a formação de uma identidade comum aos habitantes de Aivados, permitindo que eles estivessem preparados... (p.36/37)”.

Dado que se tratava de “pequenas acções quotidianas de resistência”, o percurso delineado por Inês Fonseca terá sido o mais acertado, na linha, aliás, do conceito de “resistência quotidiana” de James Scott, invocado a propósito e que confirmava a opção tomada e as operações integradas na “observação participante”. Não se enveredou, apenas, pela chamada história da memória ou das memórias ligadas à recuperação das terras, desde o momento em que foram perdidas para outros. Porque o que se procurou, afinal, foi explicar e compreender a “memória construída no presente”, na presença da própria investigadora. E, nestes termos, avaliando o estudo que temos entre mãos, bem se pode dizer que a antropologia contribuiu para o referido esforço de construção de uma memória. Uma tarefa que não foi simples, se compararmos, por exemplo, o estatuto com que a investigadora foi recebida inicialmente e como de lá saiu, como uma “amiga”.

Na pesquisa levada a efeito, procede-se a um levantamento das múltiplas e diversas formas de resistência mas, neste âmbito, sublinha-se o que se acentua sobre a transmissão da memória, de geração em geração, no quadro das famílias e da própria comunidade não só a memória sobre os “limites da herdade” mas, também, no que diz respeito às vicissitudes do processo. De novo, Inês Fonseca lembra James Scott e sublinha, a propósito, que a palavra é, sempre, a “arma dos pobres”, aliás, a palavra que também se silencia, muitas vezes, por opção própria, como a daqueles que até “comiam com a boca fechada”. Eventualmente, porque o silêncio partilhado é o que melhor traduz um compromisso colectivo, a grande convivência entre os seres humanos, um elemento decisivo da consciência

colectiva. Nestes termos, verifica-se que não obstante a presença de formas de resistência individual, a resistência era um fenómeno relacional. Nos casos apontados por Inês Fonseca, os actos de resistência, na base da clandestinidade, traduziam-se em manifestações de obstrução ou desacordo e outros do género mas, afinal, tratava-se de manter viva, através da palavra e do silêncio, a memória dos factos, contra o esquecimento. A ambiguidade do quotidiano era um contexto favorável, a ambiguidade que se revelava, ao mesmo tempo, numa aparente resignação e no desejo de mudança, num imaginário social que passava a constituir a síntese de todos os detalhes da vida quotidiana dos habitantes de Aivados, sob a forma de uma narrativa que a investigadora, através do seu estudo, aprendeu a construir, para se tornar acessível a todos os elementos da população, na sua globalidade.

Finalmente, esta configuração da memória não podia ter resultado senão através das memórias individuais. Mesmo com as suas eventuais imperfeições esta memória colectiva era, sobretudo para os mais novos, a verdadeira aprendizagem do mundo, a autêntica iniciação de que se encarregavam os mais velhos que tinham, afinal, a responsabilidade de assegurar a presença contínua das recordações, de promover a sua transmissão, através do conhecimento dos lugares e das datas em que se produziram os acontecimentos. Tudo isto mostra a importância de um ambiente favorável à memorização e, neste domínio, o relevo assumido pelos quadros colectivos da memória, como foi sublinhado por Inês Fonseca, em Aivados. E, com a presença da antropóloga, podemos elaborar uma nova hipótese, a de que uma mudança se opera no local com a realização deste estudo, a saber: de uma situação inicial em que a memória colectiva se organizava à revelia da história passou a verificar-se uma situação em que é a memória colectiva que se converte em objecto da história, com passado, presente e futuro. Uma mudança que dá bem conta da importância da investigação em causa e legítima, finalmente, uma disciplina das ciências sociais.

Jorge Crespo
Membro fundador do CEEP

Paula Godinho

O Leito e as Margens. Estratégias familiares de renovação e situações liminares em seis aldeias do Alto Trás-os-Montes raiano (1880-1988)

Lisboa, Edições Colibri, 2006

Este é um livro publicado em Janeiro de 2006 que tem como base um longo e exaustivo trabalho de campo na “raia” transmontana, desenvolvido entre 1982 e 1991, no qual a autora aprendeu a falar mirandês, galego e português transmontano. Um trabalho de campo que continuou e continua, 16 anos mais tarde, elucidando-nos sobre a diversidade cultural ibérica e as suas transformações nos espaços de fronteira. O formato base do livro foi a sua tese de mestrado em antropologia social, logo corrigida e aumentada.

O primeiro contributo que ressalta da publicação é a antropologia histórica que produz a autora, que é já parte da história antropológica da antropologia portuguesa e, atrever-me-ia, da antropologia disso a que chamamos Península Ibérica. Mas a autora não nos apresenta uma antropologia histórica apenas com base no seu trabalho de arquivo, senão que constrói uma antropologia das memórias sociais, com uso de documentos pessoais, literatura, histórias de vida e entrevistas em profundidade.

Paula Godinho apresenta, nesta obra, uma etnografia multi-situada em seis aldeias da raia transmontana que fazem fronteira com os territórios do Estado espanhol. A autora, ao adoptar este procedimento metodológico, dá um salto qualitativo com respeito aos trabalhos já clássicos de Brian O’Neill, Joaquim Pais de Brito e outros, o que sem dúvida reforça o trabalho com “autoritas” e, também, com um quadro comparativo alargado. Este longo e dilatado processo de observação participante, com método comparativo, vê-se reforçado, ainda mais, com o rigoroso trabalho de arquivo. Através deste, e do seu cruzamento com a realidade observada, o leitor pode encontrar um quadro comparativo de tipo sócio-histórico (ex. estratégias de casamento, demografia...) que nos ajuda a entender melhor processos como o despovoamento do interior português.

O excelente trabalho de Paula Godinho pode ser classificado, também, como uma etnografia de Trás-os-Montes, tornando-se incontornável para qualquer estudioso ou investigador que pretenda trabalhar lá. Ao mesmo

tempo, a obra de Paula Godinho enquadra-se numa etnografia da fronteira luso-espanhola, dos seus olhares cruzados, das suas ambiguidades e das suas práticas sociais. Esta é uma etnografia que a autora chama de “identidades de orla”. Nelas têm uma especial relevância as relações que galegos e portugueses mantiveram na “raia” durante o último século, e o papel dos estados espanhol e português em desconfiar, travarem e limitar estas. Assim, a obra converte-se em leitura obrigatória para os investigadores sociais galegos que queiram compreender e interpretar o problema histórico da relação com Portugal e os portugueses. Torna-se por isso, num trabalho muito original, ao ter focado as relações com os territórios ibéricos de Castela e especialmente a Galiza.

A estrutura da publicação está organizada em sete capítulos: Introdução, contexto, comunidade e relação com a terra, gravidez e nascimento, casamento, velhice, morte e herança, grupos juvenis e festa dos rapazes.

No primeiro capítulo, a autora mostra-nos sobre uma “mesa nortenha” o problema de investigação: a ideologia da “casa” e a sua transformação com a emigração dos anos 1950, 60 e 70. Para isso convida ao banquete um leque de autores incontornáveis: João de Pina Cabral, Brian O’Neill, Carmelo Lisón Tolosana e outros. O resultado é muito enriquecido pelo diálogo com esses autores e vem logo a seguir.

No segundo capítulo, a autora caracteriza as povoações estudadas. Por um lado, lamentamos que numa obra publicada em 2006, os dados demográficos de evolução da população só atinjam o ano 1988, mas fica bem demonstrado que o povoamento e o despovoamento do interior rural português são fenómenos históricos. Por outro lado, queremos sublinhar que o leitor que vive e conhece Trás-os-Montes vai questionar o nome real das aldeias estudadas, pois a autora, seguindo princípios éticos para garantir a confidencialidade, vai utilizar topónimos fictícios. Se bem, é certo, que quem conhece o terreno que a autora estuda vai acabar por descobrir o nome real das aldeias, ajudado também pelas fotografias do fim da publicação. É este um procedimento diferente do historiador, e pessoalmente pensamos que se Paula Godinho colocasse no texto os nomes reais, as pessoas das comunidades estudadas não se sentiriam ofendidas pelas informações e interpretações da autora.

O capítulo terceiro é uma magnífica apresentação da transformação da estrutura social rural transmontana. Utilizando o critério básico da propriedade e o uso da terra, cruza este com uma caracterização de tipos

sociais (exemplo: lavradores, proprietários, jeireiros, criados, caseiros, rendeiros, meeiros, cabaneiros, pastores, vagamundos, ciganos). Este capítulo é um bom contributo para o questionar das imagens de homogeneidade das comunidades rurais transmontanas, tópico que não escapa a esta análise crítica de Paula Godinho.

Os capítulos quarto, quinto, sexto e sétimo abordam os ciclos vitais e as trajectórias biográfico-rituais das aldeias estudadas. Aqui, são analisadas as estratégias de controlo da transmissão da propriedade através da herança, as mães solteiras, o apadrinhamento, a bastardia. A utilização de literatura oral, literatura escrita e etnografias constróem uma triangulação que ilumina, desde vários focos, o problema em causa. A autora empenha-se e consegue com grande brilhantismo, demonstrar que as aldeias nunca foram universos sociais fechados, analisando as estratégias de casamento: a endogamia de aldeia, a isogamia, o “casar acima” e outras. Também analisa o celibato, o retardo no casamento e as modalidades de residência (ex.: a residência nato-local pós-casamento). Não deixa tampouco de fora os prelúdios e rituais de iniciação ao casamento, o namoro, passagens de grande beleza etnográfica, nos quais a autora aponta as mudanças sociais desde o século XIX, em que o grupo doméstico desempenhava um papel mais importante na eleição do cônjuge, até aos tempos estudados pela autora, em que a comunidade e a livre eleição são também importantes.

No capítulo sexto, Paula Godinho apresenta uma antropologia da velhice, da morte e da herança como sistema de transmissão de patrimónios. Aqui, analisa a herança pós-mortem, existente até os anos 1970, como uma estratégia de conservação indivisa do património familiar e como garantia dos cuidados dos filhos aos pais durante a sua velhice.

No capítulo sétimo, a autora faz uma antropologia da juventude e de alguns rituais de afirmação da mesma como por exemplo as festas dos rapazes.

Na conclusão e no posfácio escrito de 2005, a autora aponta alguns caminhos para continuar a investigação: o despovoamento, a urbanização de núcleos médios como Bragança ou Chaves, a continuidade da emigração, os “fogos apagados” ou vivendas sem gente, 11 meses por ano, a mudança tecnológica, o problema do desenvolvimento, as mudanças nos padrões de consumo e a patrimonialização das ruralidades.

Em suma, uma obra que actua como espelho e que nos ensina a compreender melhor e a reflectir sobre o que fomos e estamos deixando de ser. Uma obra imprescindível que é já um ponto de referência na antropologia portuguesa e ibérica.

Xerardo Pereiro
UTAD-Pólo de Chaves

João Leal
Antropologia em Portugal. Mestres, Percursos, Transições
Livros Horizonte, 2006

Organizado nas três partes enunciadas no subtítulo – “Mestres, Percursos, Transições – o volume agrupa onze artigos (todos, salvo um, já publicados em outros sítios) escritos ao longo de cerca de 20 anos de “persistente” (p. 7) interesse e dedicação ao ensino e à investigação da história da Antropologia. Conheço pessoalmente o autor desde meados dos anos 80 quando este leccionava a cadeira de História da Antropologia do curso de Antropologia do ISCTE; era uma cadeira anual onde João Leal ensinava o evolucionismo, o difusionismo, a escola francesa e as apropriações britânicas do funcionalismo entre guerras e, finalmente, a escola de Cultura e Personalidade americana, com escrupulosa minúcia bibliográfica. Conservei muitos anos a colectânea de textos dessa cadeira que continha pequenas introduções aos autores dados, de Bachofen a Margaret Mead. Uma parte significativa dos capítulos deste livro provém dos anos 80 e meados dos anos 90 onde, a par com o ensino e a investigação, o autor prefaciou e co-organizou a reedição da obra completa de alguns “pais fundadores” da Antropologia Portuguesa: Consiglieri Pedroso, Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Leite de Vasconcelos. São os prefácios até agora dispersos pelas várias obras publicadas na Colecção Portugal de Perto (dirigida por Joaquim Pais de Brito para a Dom Quixote) que compõem a primeira parte do livro intitulada “Mestres”. Diz-nos João Leal: “A minha preocupação maior era a de fornecer uma visão de conjunto da obra dos ‘pais fundadores’ da antropologia portuguesa, procedendo simultaneamente a um levantamento das principais influências teóricas neles presentes e a uma análise das modalidades de discurso que se estabeleceram entre a antropologia portuguesa e a antropologia internacional da época” (p.7)

Os textos agrupados na secção “Mestres” procedem a esse minucioso levantamento: João Leal rastreia, por exemplo, a influência das teses evolucionistas de MacLennan na obra de Consiglieri Pedroso e a sua atracção pela mitologia comparada; assinala a “utilização limitada” que Leite de Vasconcelos faz das teses evolucionistas na hora de interpretar os materiais etnográficos; e, por contraste, mostra a variedade de modelos teóricos que se encontram na obra de Adolfo Coelho. Este rastreio sistemático atinge o seu ponto culminante no artigo que abre a segunda parte do livro. Trata-se do único texto inédito da obra, originalmente escrito no final dos anos 80, e intitula-se “O Debate Evolucionista sobre a Família”. Após apresentar as principais teses evolucionistas sobre a família e o parentesco (confrontando as posições de Maine, Bachofen, MacLennan e Morgan), são auscultados os ecos dessas teses nas obras de Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga e Oliveira Martins. Deste exame resulta a constatação do “carácter limitado dos ecos do debate evolucionista sobre a família entre nós” (p.98). Uma limitação que decorre, entre outros factores, das opções temáticas que, de modo dominante, ajudaram a configurar a antropologia portuguesa na viragem do sec. XIX para o sec. XX: são elas a literatura e as tradições populares. Como afirma o autor: “Nesta dupla opção pela literatura e pelas tradições populares e por modelos de análise etnogenética é possível descortinar o peso decisivo que tem na produção dos antropólogos portugueses oitocentistas uma tradição antropológica de *nation-building* (Stocking 1982), similar aquela que triunfava então em muitos outros países europeus semi-periféricos, como a Finlândia (Wilson, 1976) ou a Grécia (Herzfeld 1986).” (idem)

É este o argumento que João Leal desenvolve nos capítulos subsequentes (formulações desta tese podem encontrar-se em vários outros ensaios, ver por exemplo, p. 33, 57, 109-110, 112, 113), não na forma da biografia intelectual, mas na forma de ensaios temáticos que exploram, dentro deste argumento central, questões particulares: Como se manifesta e quais as matizes deste interesse persistente dos “mestres” pela cultura popular? Como se articula ou vincula esse interesse a preocupações de natureza política e de construção de um discurso sobre a nação e a identidade nacional? Que conexões e desconexões teóricas se estabelecem entre a antropologia portuguesa e a antropologia internacional no período estudado? Os ensaios agrupados em “Percursos” giram em torno destas questões.

“Imagens Contrastadas do Povo: Cultura Popular e Identidade Nacional na Antropologia Portuguesa Oitocentista” (cap. 7) contextualiza os

discursos e as práticas da antropologia oitocentista portuguesa acerca do Povo e da Cultura Popular. Mais do que matizes, João Leal encontra contrastes (valorização/depreciação) na percepção da cultura popular por parte dos “mestres”, sobretudo a partir da década de 90. A imagem “positiva da cultura popular” (p.101) que prevalece entre as décadas de 70 e 80 acusa a influência do romantismo e tende para uma perspectiva hagiográfica, etnogenealógica, da cultura popular vista, sobretudo, como texto, como monumento (que está presente em Teófilo Braga e em outros autores durante essas duas décadas). A influência, por um lado, dos modelos teóricos evolucionistas, e, por outro, o maior contacto dos etnógrafos com os protagonistas da cultura popular, introduzem contrastes e ambivalências naquele discurso positivo sobre o Povo. Por um lado, o evolucionismo encoraja a olhar a cultura popular como sobrevivência, como ruína num clima intelectual dominado pelo tema da decadência nacional; a cultura popular passa, na viragem do século, a “ser definida de forma mais complexa” (p. 102); por outro lado, “no plano metodológico, à escassez de contactos com o povo substitui-se (...) um contacto mais efectivo com os protagonistas da cultura popular” (p.103). Em conjunto, estes factores explicam as visões negativas e depreciativas sobre a arte popular presentes em Adolfo Coelho e, sobretudo, em Rocha Peixoto. Este percurso entre a monumentalização e desmonumentalização do povo mostra como, independentemente da valoração que lhe é atribuída, o Povo é, ao longo das décadas finais do séc. XIX e princípios do século XX, bom para pensar a identidade nacional: o discurso antropológico oitocentista em Portugal apresenta-se, desta forma, permeável tanto aos modelos teóricos da “tradição antropológica central” (vd. cap. 8) como aos temas que preocupam os intelectuais portugueses, mergulhados num sentimento que Eduardo Lourenço designou de “fragilidade ôntica” (cf. p. 104-105).

O cap. 8 – “‘Tylorian Professors’ e ‘Japanese Corporals’: Teoria Antropológica e Identidade Nacional na Etnografia Portuguesa” (originalmente escrito em inglês) retoma, para um arco temporal mais alargado (1870-1970), o rastreio dos ecos teóricos na produção antropológica portuguesa. Tratando-se do texto mais curto da colectânea reflecte, no entanto, um notável poder de síntese. Após reiterar as razões pelas quais, de modo aparentemente paradoxal, triunfou em Portugal uma antropologia sobretudo preocupada com a construção da nação (e não com a construção do império), João Leal esforça-se por demonstrar como os principais protagonistas da antropologia portuguesa oitocentista, estando de um modo geral bem informados sobre a produção antropológica internacional em países “centrais” como a Alemanha, a

Inglaterra e os Estados Unidos, se apropriam desses modelos teóricos: o filtro temático e problemático da identidade nacional contribuiu para a “indigenização’ das teorias antropológicas centrais” como a mitologia comparada, o evolucionismo e o difusionismo (p.118), por um lado, e explica o fraco ou nulo impacto que certas correntes teóricas, como o funcionalismo, tiveram na produção antropológica portuguesa.

A finalizar estes percursos pela produção antropológica nacional, um texto que rastreia a obra de um conjunto de “produtores de textualidade etnográfica” (expressão de Jorge Freitas Branco) que podem ser considerados “excluded ancestors” (designação de Handler que João Leal aqui recupera) (p.123), isto é, autores cujas obras foram pouco reconhecidas e valorizadas no seu tempo. Trata-se de um contributo para uma “genealogia alternativa” da disciplina, centrada na temática da arte popular e nas obras de Joaquim de Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa (recorde-se que, na mesma linha, João Leal dedica um estudo similar aos estudos sobre arquitectura popular, incluído na sua obra *Etnografias Portuguesas*).

Dois textos compõem a secção final do livro intitulada Transições. “Pastoral e ContraPastoral: Imagens do Portugal Mediterrânico” (cap.10) inspira-se em Raymond Williams que, através daquelas duas expressões, chamou a atenção para as percepções que os intelectuais citadinos retêm do mundo rural: “um lugar de paisagens aprazíveis e nobres virtudes” ou, em contraste, “um lugar onde a vida é mais complexa e difícil do que aquilo que a beleza da paisagem permitia entrever” (p.149). João Leal conduz aqui o leitor às obras de Orlando Ribeiro, Jorge Dias e José Cutileiro, confrontando o discurso pastoral dos dois primeiros com o modo anti-pastoral reconhecível em *Ricos e Pobres no Alentejo*. Finalmente, “Estrangeiros’ em Portugal: A Antropologia Portuguesa nos Anos 1960” (cap.11) avalia a mudança que a antropologia feita em Portugal sofreu por influência de autores estrangeiros (como Joyce Riegelhaupt e Colette Callier-Boisvert) ou estrangeirados (como José Cutileiro) que escolheram o país como “terreno”. Estes olhares de fora constituem um ponto de viragem na história da disciplina em Portugal, contribuindo para deslocar a persistente equação entre cultura popular e identidade nacional que caracterizou a Antropologia portuguesa desde o período dos Mestres.

Para concluir, diria que esta obra de João Leal é, na senda do seu livro anterior – *Etnografias Portuguesas* – um importante contributo para a história da Antropologia em Portugal, entre o último quartel do século XIX e os inícios dos anos 70 do século passado. Apesar de reunir textos

dispersos produzidos ao longo de duas décadas, o livro possui uma notável coerência e sentido de unidade, conduzindo o leitor ao longo de um século de História da Antropologia em Portugal e de diálogo (ou falta dele) com alguns dos principais modelos teóricos da disciplina. Um reparo, para finalizar: numa obra desta natureza justificar-se-ia a inclusão de índice remissivo, que facilitasse a consulta e o estudo.

Filipe Reis
ISCTE

Wolfgang Sofsky
Violence - Terrorism, Genocide, War
Londres, Granta Books, 2003 [2002]

Se com o 11 de Setembro nova-iorquino algo mudou absolutamente, nesse algo temos de contabilizar a atenção que o grande público passou a dispensar a obras que tratem a violência. Este tipo de trabalhos saltou das prateleiras mais obscuras para os escaparates fronteiros das livrarias, e de um momento para o outro o deserto foi substituído por uma densa floresta. Ora nesta floresta dificilmente conseguiríamos escolher uma árvore mais sólida que o trabalho deste sociólogo e jornalista alemão, nascido em 1952, e actualmente professor de Sociologia nas universidades de Göttingen e Erfurt. Já com o seu *The Order of Terror: Concentration Camp* (original de 1993), Sofsky tinha reunido um reconhecimento praticamente geral no mundo germânico, que o guindou à posição de autoridade no que diz respeito à historiografia do III Reich (área temática ainda tão melindrosa nas universidades alemãs); mas com este *Violence – Terrorism, Genocide, War* o autor propõe a si mesmo um programa de trabalho verdadeiramente titânico, para não dizer inexequível.

Assim, Sofsky propõe-se responder a três perguntas que martirizam qualquer estudioso do fenómeno da violência: o que leva à acção violenta tanto o indivíduo como o grupo? Qual é a génese e processo das atrocidades de guerra? Porque é que, em tempo de paz, é tão fácil e recorrente para os *gangs*, tribos urbanas e mesmo claques futebolísticas recorrerem à violência? Para responder a estas três questões ilusoriamente simples, o autor divide este trabalho em quatro grandes capítulos, a saber: I – Para Lá da Fronteira; II – Terror e Perseguição; III – Guerra e IV – Os Resultados.

Logo na primeira parte da obra, Sofsky começa por definir a fronteira que divide ao meio a Humanidade e que intitula o próprio capítulo, ou seja, a fronteira que se ultrapassa ao provocar a morte de um semelhante, a fronteira que se atravessa quando matamos alguém. O autor descreve minuciosamente a dialéctica entre o horror e o prazer que recorrentemente encontramos nas histórias de vida de soldados e homicidas, de um modo tão vívido que o leitor não consegue deixar de se perguntar se a primeira pessoa do plural que o autor utiliza é apenas um majestático literário. De todo o modo, Sofsky revela-nos sem meiguice o lado prazenteiro de matar alguém, ao mesmo tempo que discute o conceito de herói, esse paradigma do abnegado que, via a predisposição para o auto-sacrifício, é socialmente autorizado a mover-se num campo para além da moralidade e ética colectivas, ou seja, para além do bem e do mal. No processo, o autor mostra-nos os subtis entrelaçamentos entre o ritual, a rotina e a violência, argumentando o primeiro como facilitador da mesma e a segunda como demonstração da incrível capacidade adaptativa do ser humano, quando nos mostra como é possível elevar, passo a passo, o nível geral de violência em que um grupo vive, até chegarmos a um ponto em que a violência de tão habitual se torna amotivada. Para ilustrar as suas proposições, o autor escolhe quatro exemplos: o *amok* (os guerreiros “descontrolados” malaio, que tanto impressionaram os primeiros ocidentais a vê-los); as turbas futebolísticas britânicas; o pelourinho (neste caso na versão moderna das listas de criminosos sexuais que circularam em Inglaterra na sequência do assassinato de Sarah Payne) e a questão da máscara e do executor (no Ulster e no Kosovo).

Na segunda parte deste trabalho (Terror e Perseguição), o autor começa por desmontar os conceitos (ainda tão operativos) de “civilização” e “barbárie”, mostrando como estes mitos eurocêntricos serviram para justificar toda a casta de indignidades perpetradas pelos “civilizados” aos “selvagens”, sempre com um inusitado sentido de superioridade moral e dever missionário. De seguida pega nos exemplos extremos de Auschwitz, Kolyma (a zona do gulag soviético, no nordeste siberiano) e Hiroshima, para entrar nos escorregadios terrenos da utilização do terror em tempo de guerra, da guerra total, da militarização social e do maniqueísmo de guerra. Sofsky tenta descobrir a lógica e o propósito desta forma de terror de Estado delineando uma divisória entre a violência recíproca de guerra (considerada inevitável) e a violência assimétrica; de modo a diferenciar (muito discutivelmente) o terror seleccionado típico de uma situação bélica da guerra de aniquilação (para o autor uma situação em que a violência se torna num fim em si mesmo). Finalmente, e para concluir este capítulo, o autor trata a relação entre o terror e o tempo,

comparando a marcha da morte (onde a lógica de aniquilação é lenta e progressiva) com a *razzia* (método de cerco e aniquilação apurado a extremos impressionantes pelo exército francês na Argélia, cuja principal característica é precisamente a rapidez), enquanto tenta esboçar uma resposta para o porquê da degeneração destas situações em violência total. A resposta que acaba por nos oferecer constrói-se num triângulo entre a destruição da distância simbólica entre indivíduos, o prazer da acção arbitrária e a descentralização do poder.

Já no terceiro capítulo desta obra, o autor vai tratar especificamente a violência de guerra, começando por demonstrar a inevitabilidade da indistinção, entre zona ocupada e zona de guerra e entre militares e civis inimigos, que se opera nas mentes dos soldados e que degenera necessariamente em violações das regras da guerra. Partindo deste ponto, Sofsky mostra-nos de seguida a capacidade auto-alimentadora da violência de guerra, quando nos fala da recorrente obsessão dos soldados em não deixar cair os camaradas em vão, ou seja, em vingar as mortes que ocorrem do seu lado com outras tantas do lado oposto, numa lógica que valida as mortes a montante com as mortes a jusante. Numa sequência bastante oportuna, o autor discute a seguir a anestesia de rotina que acaba por envolver as situações prolongadas de violência quotidiana, tomando uma posição que lembra a de Cristina da Suécia quando esta afirmava que o hábito retira o gozo tanto ao prazer como ao sofrimento, e defendendo um inevitável desaparecimento de qualquer tipo de moral, ética ou misericórdia numa situação de guerra, que é o mesmo que dizer a real e absoluta impossibilidade de uma *jus in bello*. Ora, é daqui que o autor parte para nos falar das formas desautorizadas de conflito: defendendo a génese do perpetrador do excesso inextricavelmente ligada a uma crueldade colectiva cuja prática alimenta o desejo de repetição por um lado, e demonstrando como a crueldade colectiva e a coesão do grupo caminham de mãos dadas por outro, tanto por os perpetradores se encorajarem mutuamente, como por o banho de sangue se constituir como verdadeiro baptismo de fogo unificador de uma unidade.

Passando finalmente à última parte da obra (Os Resultados), o autor começa por nos esclarecer porquê que é que é mais fácil começar guerras do que pará-las, quando nos mostra o ciclo descendente para que somos sugados quando retaliamos à violência com mais violência, numa sequência de *vendette* que por não poderem ser estritamente equivalentes no seu horror (a vingança para ser efectiva tem de superar o crime inicial, defende Sofsky, levando a uma quase consciente violação das regras de autocontrolo) só perpetuam e agravam a situação. Posto isto, o autor trata as questões do trauma e do esquecimento, numa análise muito

centrada no caso alemão (II Guerra Mundial), denunciando os tratados de paz como concordatas de esquecimento que, por não sanarem a culpa colectiva, empurram sociedades inteiras para o evitamento memorial, saída que apenas prepara o terreno para a predisposição para novos conflitos. Sobrando-nos, assim, o encarar franco do horror como única terapêutica possível para o mesmo, porque de outra maneira, como nos diz Sofsky, não haverá maneira de calar os mortos, e o seu silêncio continuará a ser ensurdecedor.

Tiago Matos Silva
FCSH – UNL/ CRIA/CEEP
Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Françoise Choay,
A Alegoria do Património,
Lisboa, edições 70, 2006 (1982)

Este livro aborda o património, noção que hoje em dia se aplica a um conjunto heteróclito de objectos, que por sua vez atraem públicos cada vez mais alargados. Precisando melhor, o livro aborda um tipo específico de património, o património histórico, expressão que *designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos* (p.11). A autora confere uma atenção especial ao património histórico edificado, que corresponde aquilo que no passado era designado como “monumentos históricos” – por volta de 1960, *o domínio patrimonial deixou de estar limitado aos edifícios individuais; ele compreende (...) os conjuntos edificados e o tecido urbano: bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e mesmo conjuntos de cidades* (p.12). Interessa-lhe, sobretudo, compreender o sentido desta inflação patrimonial (para além das motivações políticas e económicas) e fazer da noção de património histórico e da sua utilização o tema de uma alegoria.

O trabalho começa por abordar as noções de monumento e de monumento histórico na sua relação com a história, a memória e o tempo. A autora observa que os referentes destas noções se distinguem em face

de vários factores: o monumento é praticamente universal no tempo e no espaço, enquanto o monumento histórico é uma invenção bem datada do Ocidente; o monumento é uma criação deliberada, enquanto o monumento histórico não é inicialmente desejado, mas sim constituído *a posteriori*; o monumento visa fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo, enquanto o monumento histórico faz parte do presente vivido; o monumento está exposto ao esquecimento e à degradação, enquanto o monumento histórico exige uma conservação incondicional.

A obra prossegue com a identificação do momento de emergência e com a reconstituição das principais etapas da instauração progressiva do património histórico edificado. É referido que o monumento histórico surgiu em Roma em 1420, numa altura em que as obras valorizadas pertenciam exclusivamente à Antiguidade. Acrescenta-se que a fase de consagração do monumento histórico ocorreu entre 1820 e 1960, sendo iniciada como forma de reacção aos vandalismos (destrutivo e restaurador) associados à revolução industrial, fundamentalmente na França e na Grã-Bretanha. A fase de consagração envolveu, por um lado, o alargamento dos referentes elegíveis enquanto monumentos históricos, incluindo os exemplares da arquitectura doméstica e os conjuntos urbanos, por outro lado, a atribuição de novos valores aos monumentos históricos, como o valor da devoção, e finalmente, a institucionalização da conservação dos monumentos históricos através da criação de uma jurisdição de protecção e de uma disciplina de restauro autónoma.

O exercício arqueológico inclui também o tratamento das práticas de conservação e restauro do parque patrimonial. Observa-se que os primeiros trabalhos de conservação das antiguidades tinham um cunho fundamentalmente iconográfico e documental, situação que sofreu alterações no contexto da Revolução Francesa, com o aparecimento das primeiras medidas, jurídicas e técnicas, de conservação real dos objectos e das construções. Mas foi somente no século XIX que se procedeu à criação de um aparelho jurídico e técnico de conservação dos monumentos históricos. Por um lado, isto implicou a formação de arquitectos nos domínios da história da arte e da história da construção; por outro lado, enriqueceu-se e alargou-se à escala europeia o debate sobre o restauro, que havia inicialmente dividido os antiquários e os arquitectos ingleses nos finais do século XVIII. Este debate conduziu ao aparecimento de duas doutrinas, uma intervencionista, que predomina no conjunto dos países europeus e que tem como principal mentor Viollet-le-Duc; e outra anti-intervencionista, que caracteriza principalmente a

Inglaterra e que tem como principal defensor Ruskin. Estas posições foram mais tarde, na charneira entre os séculos XIX e XX, enriquecidas e ultrapassadas com o aparecimento de contribuições mais críticas, mais moderadas e mais bem informadas acerca dos conceitos, dos métodos e dos projectos de conservação e restauro, como as efectuadas por Boito e Riegl. Todavia, as ideias surgidas durante a fase de consagração do monumento histórico não afectaram substancialmente as práticas de conservação e restauro – *quase até aos anos sessenta do século XX, a conservação dos monumentos históricos continua a resumir-se, essencialmente, aos grandes edifícios religiosos e civis (com exclusão dos do século XIX). O restauro permanece quase sempre fiel aos princípios de Viollet-le-Duc* (p.142).

O património urbano é outro dos tópicos analisados na obra. Refere-se que a noção de património histórico urbano, provida de um projecto de conservação, apareceu muito mais tarde que a de monumento histórico, por razões de vária ordem, entre as quais a sua escala e a sua complexidade. Esta noção surgiu no século XIX, *na contracorrente do processo de urbanização dominante, como resultado de uma dialéctica da história e da historicidade que se joga entre três figuras (ou aproximações sucessivas) da cidade antiga* (p.159): a memorial, a histórica e a historial. Depois de mencionar a universalização do culto do património registada na segunda metade do século XX e a extensão tipológica e cronológica da noção então ocorrida, a autora aborda ainda, os processos contemporâneos de industrialização do património. É notado que a industrialização do património confere aos monumentos e ao património históricos um duplo estatuto, *são obras que dispensam saber e prazer, (...) mas também produtos culturais, fabricados, embalados e difundidos tendo em vista o seu consumo* (p.185). A transformação do seu valor de utilização em valor económico é obra dos denominados engenheiros da cultura, públicos e privados, que actuam no sentido de aumentar o público ou os consumidores destes bens culturais, mediante várias operações de valorização como a encenação, a animação, a modernização, a rentabilização, a entrega e a reutilização. Estas operações de valorização têm, entretanto, efeitos secundários muitas vezes perversos, nomeadamente a tendência para excluir do património urbano histórico as populações locais ou não privilegiadas e as suas actividades tradicionais e quotidianas, a tendência para elidir as diferenças locais, a saturação física do parque patrimonial e a degradação provocadas pelos grandes fluxos turísticos, bem como a transformação da relação do público com a herança edificada, onde se inclui a frustração de quem se preocupa com os valores históricos e artísticos dos monumentos e dos

conjuntos urbanos. Na óptica de Choay, a prevenção destes efeitos secundários obriga à protecção dos monumentos e do público, através de uma conservação secundária ou estratégica. A conservação estratégica passa por uma regulação dos fluxos de visitantes do património monumental, através de, por exemplo, dispositivos de controlo, medidas pedagógicas e políticas urbanas.

O último capítulo do livro analisa os excessos do culto patrimonial, tal como foi desenvolvido na segunda metade do século XX, e desvenda as suas ligações estreitas com a crise da arquitectura e das cidades, decorrente da revolução electrónica. É observado que o culto do património se converteu em fetichismo, representando o património histórico o papel de um espelho no qual os membros das sociedades contemporâneas contemplam e veneram a sua própria imagem, como resultado de um síndrome narcísico.

Embora tenha sido redigido há mais de vinte anos, *A Alegoria do Património* é um livro actual, com grande valor e com contribuições teóricas e empíricas que o tornam numa obra de referência para quem se interessa pelo património, particularmente o património histórico edificado. Carece, entretanto, de profundidade analítica e etnográfica relativamente aos impactes da patrimonialização na vida das populações que convivem diariamente com o património histórico, faltando-lhe também uma reflexão empiricamente sustentada acerca das motivações, expectativas e experiências dos consumidores deste produto cultural.

Luís Silva

Bolseiro de Pós-doutoramento da FCT
Departamento de Antropologia, FSCH–UNL

Cláudia Almeida, Joaquim Pais de Brito, Patrícia Melo
Normas de Inventário – Etnologia – Tecnologia Têxtil
Instituto Português de Museus, 2007

O inventário, estudo e digitalização das colecções sob tutela do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) é sustentado metodologicamente por um conjunto de normas e boas práticas, com especificidades para as áreas de Artes Plásticas e Artes Decorativas, Arqueologia e Etnologia, que encontram expressão material mais evidente na sua digitalização no

programa MATRIZ e na sua posterior divulgação online através do motor de pesquisa MATRIZnet (www.matriznet.ipmuseus.pt).

Concebida em 1999, a Colecção *Normas de Inventário* pretende assim difundir os resultados do trabalho desenvolvido no âmbito da digitalização das colecções no Programa *MATRIZ: Inventário e Gestão de Colecções Museológicas*, e, ao mesmo tempo, dar resposta à necessidade de normalização da informação que a adopção de bases de dados informáticas para inventário de bens culturais móveis veio impor.

Neste contexto, a Colecção *Normas de Inventário* constitui uma linha de acção prioritária do IMC, pretendendo, por um lado, constituir e difundir instrumentos visando boas práticas no âmbito do inventário, documentação e gestão de colecções, não apenas junto dos Museus que tutela mas igualmente junto de outras entidades, utilizadoras ou não do Programa MATRIZ, que adoptam os mesmos métodos de trabalho.

Por outro lado, a colecção visa promover a reflexão e a divulgação do trabalho desenvolvido pelos conservadores e técnicos dos Museus do IMC no âmbito da produção do conhecimento em torno das tipologias de colecções mais relevantes do património móvel nacional, dando igualmente conta da mais recente literatura, nacional e internacional, de enquadramento daquelas mesmas colecções.

Inaugurada em 1999 com o volume de *Normas Gerais* para a área de Artes Plásticas e Artes Decorativas, a Colecção *Normas de Inventário* tem desde então vindo a ser progressivamente reforçada com títulos específicos para a mesma área (*Cerâmica, Cerâmica de Revestimento; Escultura; Mobiliário, Têxteis*), bem como para as áreas de Arqueologia (*Normas Gerais*) e Etnologia.

Para além do volume de *Normas de Inventário para Alfaia Agrícola* (e transportes tradicionais), publicado em 2000, a área de Etnologia conta desde Maio de 2007 com o volume relativo a Tecnologia Têxtil, lançado pelo IMC por ocasião do Dia Internacional dos Museus, da autoria de Cláudia Almeida e Patrícia Melo – que efectuaram a sua formação prática em Antropologia no âmbito de estágios realizados no Museu Nacional de Etnologia, no sector de inventário e documentação da respectiva colecção de tecnologia têxtil – e de Joaquim Pais de Brito, cujo texto introdutório constitui um instrumento de reflexão particularmente importante sobre a actividade de inventário em contexto museológico.

O segundo Caderno de Normas de Inventário para colecções etnográficas é dedicado à tecnologia têxtil, de uma forma quase incontornável, quer pela sequência lógica entre práticas agrícolas e processos de transformação de fibras vegetais na cadeia operatória de produção de têxteis, quer pela ampla representatividade desta tipologia da cultura material - a par das de alfaia agrícola e de transportes tradicionais - em inúmeras colecções e museus etnográficos, um pouco por todo o País.

Beneficiando de utilização conjunta com o volume de Normas de Inventário para Alfaia Agrícola (e Transportes Tradicionais), designadamente no que respeita aos procedimentos a adoptar no preenchimento da generalidade dos campos do *Matriz*, o presente Caderno assume-se como um completo repositório do conhecimento que, desde o momento da sua constituição, o Museu Nacional de Etnologia tem vindo a produzir sobre o universo da tecnologia têxtil, conhecimento anteriormente difundido através de exposições e edições diversas, e cuja divulgação se vê agora reforçada na perspectiva estrita do inventário e documentação desta tipologia do património cultural móvel.

Assegurando a continuidade do sólido processo de constituição e documentação de colecções etnográficas de que é herdeiro (em particular de *Tecnologia Tradicional Portuguesa: o Linho*, Ed. CEE/INIC, 1978/1991, de Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira e Fernando Galhano) este volume de Normas de Inventário revela igualmente a actualidade daquele trabalho inicial à luz da normalização e digitalização dos inventários que o Museu agora desenvolve no contexto da utilização do Programa *Matriz*.

Sendo o resultado de uma abordagem global, de acordo com procedimentos metodológicos comuns, da colecção de tecnologia têxtil mais representativa a nível nacional, destaca-se o carácter sistemático deste Caderno, que, para cada registo de inventário, e independentemente da simplicidade formal de um maço do linho ou da complexidade operacional de um tear, combina, num equilíbrio particularmente bem conseguido, os planos mais gerais do seu enquadramento tipológico e funcional e a restituição aos contextos específicos da sua produção e utilização.

Destaca-se ainda a importância deste trabalho pela articulação que efectua entre património cultural móvel, razão primeira da existência do Museu e cerne da sua actividade, e outros patrimónios cujo conhecimento é indispensável para a devida compreensão de muitas categorias de

objectos de entre as colecções etnográficas. Desde logo, o património imóvel, para o qual nos remetem os inventários de verdadeiros mecanismos da era pré-industrial como os pisões e os engenhos do linho. E, em plano de igual importância ao das próprias colecções, o património imaterial, documentado com particular relevância nos fundos documentais do Museu Nacional de Etnologia desde a sua fundação, em particular nos seus fundos de imagem, fixa ou em movimento, e que, em conjunto com os objectos, nos revelam e remetem para inúmeros planos da vivência dos grupos e dos indivíduos.

Manuel Bairrão Oleiro
IMC, I.P.